
TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS DE RITUAIS FUNERÁRIOS E DAS PRÁTICAS CEMITERIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

SOCIOCULTURAL TRANSFORMATIONS OF FUNERARY RITUALS AND CEMITERIAL OF PRACTICES IN PANDEMIC TIMES

TRANSFORMACIONES SOCIOCULTURALES DE RITUALES FUNERARIOS Y PRÁCTICAS DE CEMENTERIOS EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Paloma Barcelos Teixeira²
Ana Lucy Oliveira Freire³

RESUMO: A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus como uma emergência de saúde pública de interesse internacional. Medidas excepcionais de saúde pública foram adotadas internacionalmente para uma tentativa de controle do agente infeccioso, impactando amplamente o cotidiano das sociedades em praticamente todo o mundo. Esse artigo pretende debater e compreender a realidade atual desse cenário numa perspectiva fenomenológica e histórica, chamando a Geografia Cultural a dar a sua contribuição. Apresentaremos o cenário acadêmico da temática da morte, dos rituais funerários e das práticas cimiteriais, com o objetivo de entender a importância das transformações que estamos vivendo atualmente e que podem trazer consequências sociais e culturais profundas na vida das pessoas.

Palavras-chave: Pandemia do Coronavírus. Práticas culturais. Rituais funerários.

ABSTRACT: The World Health Organization (WHO) declared the Coronavirus outbreak as a public health emergency of international interest. Exceptional public health measures have been adopted internationally for an attempt to control the infectious agent, widely impacting the daily lives of societies practically all over the world. This article aims to debate and understand the current reality of this scenario in a phenomenological and historical perspective, calling on Cultural Geography to make its contribution. We will present the academic scenario of the theme of death, funerary rituals and cemetery practices, in order

¹ Esse artigo é resultado de parte da pesquisa de mestrado que vem sendo realizada no PPGG/UFES (Programa de Pós-Graduação em Geografia /Universidade Federal do Espírito Santo), sobre os territórios cimiteriais dentro do contexto da produção e transformação do espaço geográfico e dos processos territoriais urbanos; a história e a espacialidade dos cemitérios da Região Metropolitana de Vitória (ES).

² Mestranda em Geografia no PPGG/UFES (Programa de Pós-Graduação em Geografia /Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (ES); bolsista FAPES. E-mail: paloma93barcelos@hotmail.com.

³ Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo-PPGG/UFES, Vitória (ES). E-mail: alucy.freire@gmail.com.

to understand the importance of the transformations that we are currently experiencing and that can bring profound social and cultural consequences to people's lives.

Keywords: Coronavirus pandemic. Cultural practices. Funerary rituals.

RESUMEN: La Organización Mundial de la Salud (OMS) declaró el brote de Coronavirus como una emergencia de salud pública de interés internacional, y en marzo de 2020, con la propagación del virus en diferentes países, se declaró la pandemia. Se han adoptado medidas excepcionales de salud pública a nivel internacional para tratar de controlar el agente infeccioso, impactando ampliamente la vida cotidiana de las sociedades prácticamente en todo el mundo. Este artículo tiene como objetivo debatir y comprender la realidad actual de este escenario desde una perspectiva fenomenológica e histórica, haciendo un llamado a la Geografía Cultural para que haga su contribución. Presentaremos el escenario académico del tema de la muerte, los rituales funerarios y las prácticas de cementerio, para comprender la importancia de las transformaciones que estamos experimentando actualmente y que pueden traer profundas consecuencias sociales y culturales a la vida de las personas.

Palabras clave: Pandemia de Coronavirus. Prácticas culturales. Rituales funerarios.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, um novo Coronavírus foi identificado como causa de uma doença respiratória aguda grave (COVID-19). Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto em território chinês como uma emergência de saúde pública de interesse internacional (ESPII). Com a expansão da contaminação para diferentes países, em março de 2020, foi declarada uma pandemia, que caracteriza uma epidemia de doença infecciosa fora de controle, numa grande região geográfica, que pode abranger o mundo inteiro.

A partir de então, uma série de orientações provisórias da Organização Mundial da Saúde passou a ser editada, no intuito de desencadear políticas públicas de emergência em todos os países, cada qual conforme seu caso específico.

No Brasil, em fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde elaborou o “Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus”. Em 20 de março, foi publicado no Diário Oficial da União, o decreto de calamidade pública enviado pelo governo federal e aprovado pelo Senado, diante do grau de contaminação em território nacional.

A Organização Mundial da Saúde recomendou medidas de isolamento social que foram adotadas de formas diferentes em cada país, buscando interromper o movimento da população, ganhar tempo e retardar a pressão nos sistemas de saúde.

Com o crescimento no número de vítimas fatais, o manejo dos corpos passou a ser uma preocupação sanitária. Igualmente, a Organização Mundial da Saúde editou em 24 de março de 2020 a *Infection Prevention and Control for the safe management of a dead body in the context of COVID-19* (Prevenção e controle de infecções para o gerenciamento seguro de um cadáver no contexto do COVID-19) que, do mesmo modo, fez com que se produzisse em cadeia medidas nacionais em diversas partes do mundo.

No Brasil, em 25 de março de 2020, editou-se, pelo Ministério da Saúde, o normativo “Manejo de Corpos no Contexto da COVID-19”. A transmissão de doenças

infecciosas também pode ocorrer por meio do manejo dos cadáveres das vítimas, com essa preocupação relativa aos profissionais envolvidos com os cuidados com o corpo, uma série de recomendações foram formuladas no que diz respeito ao armazenamento dos corpos, exames cadavéricos e velórios. Não menos importantes são as diretrizes, recomendações e até proibições das práticas de despedida dos entes falecidos. Amigos e familiares não podem organizar velórios e outros rituais fúnebres sob pena de contraírem a doença.

As informações cotidianas da pandemia e dos seus impactos com relação à gestão da morte produzem inquietações que merecem ser submetidas ao olhar acadêmico, visto que as transformações nos rituais e práticas fúnebres no Brasil produzem consequências nas dinâmicas socioespaciais que nos instiga a discutir e analisar. Nesse contexto, buscase compreender os impactos (leia-se perdas) nos rituais da morte e nas práticas cemiteriais implementadas no Brasil frente à realidade atual.

Para tanto, como procedimentos metodológicos, buscamos resgatar fontes históricas no que diz respeito às experiências brasileiras em epidemias e confrontamos esses resultados com as atuais medidas governamentais face à ameaça do novo Coronavírus. Isto sem esquecer-se de observar as providências internas diante do contexto internacional sugerido pela OMS, fato que impede o reducionismo da análise à mera discussão da política doméstica, que poderia colocar a perder todo o valor acadêmico do artigo, reduzindo-o a mera defesa de ideias. Para isso, foi necessária também uma revisão na literatura acerca da temática que envolve os cemitérios como territórios da morte e dos rituais funerários, priorizando abordagens fenomenológicas e históricas.

OLHARES DA GEOGRAFIA

Homenagear e demonstrar carinho e apreço por um familiar ou amigo morto faz parte de diversas culturas. São vários os hábitos e os rituais simbólicos para lidar com a morte do ente falecido, os quais estão perdendo valor no contexto da pandemia atual. Dentre alguns, destacam-se, no caso da cultura brasileira, as homenagens póstumas; leituras de mensagens e discursos no velório cujas visitas intermitentes podem durar toda uma noite, como se fosse uma vigília com rezas/orações e momentos de choro e de despedida no ambiente residencial ou em capelas mortuárias, onde a família do morto oferece lanche ou pelo menos água, café e biscoitos; presentear o falecido com coroa de flores também é parte do costume. No enterro (comumente em cidades pequenas do interior) ainda ocorrem carreatas acompanhando o falecido seguindo o carro da funerária (quando é o caso); dentro do cemitério, percorrendo estreitas alamedas ou caminhos, vizinhos, conhecidos, amigos e familiares acompanham o caixão até que o mesmo seja baixado na cova; se forma um cortejo envolto em muita tristeza e, às vezes, grande comoção. Há, ainda, a missa de corpo presente e o luto de forma geral que, nos dias atuais, tem sido abafado, contido, o que não vem sem traumas, sofrimento. De modo geral, esses rituais compõem parte da sociabilidade.

A descrição anterior (ainda) faz parte de rituais de morte e, em geral, têm seus tempos diferentes: o tempo do velório, o tempo do enterro, o tempo das homenagens pós-enterro, que podem durar mais de um ano. No caso do catolicismo, ocorrem várias missas como forma de prestar homenagem e como forma de demonstrar o quanto o falecido era querido: a missa de sétimo dia, a missa de um mês e a missa de um ano. Com relação ao luto, este em famílias que preservam fortemente hábitos e costumes culturais tradicionais, passado de geração em geração, o luto, em especial da viúva ou do viúvo, pode durar o resto da vida.

Os cemitérios são espaços de rituais fúnebres que comportam arte mortuária, cultura, símbolos e memória. Estão inscritos no tecido urbano e passaram por um processo de secularização. No trabalho que estamos desenvolvendo, buscamos entender, inventariar, diagnosticar, criticar e questionar os elementos e formas (simbólicas) culturais inscritos nesses espaços do tecido urbano e nos seus típicos serviços ritualísticos da morte, tentando demonstrar os modos como as transformações sociais vêm engendrando correspondentes transformações socioespaciais.

Crenças, costumes, lendas, tradições e histórias compõem os textos escritos de Tuan (2005) acerca das Paisagens do Medo, em especial o medo das doenças e o medo dos fantasmas, isto é, dos mortos. Nesse clássico, ele destaca como em algumas sociedades, ao longo do tempo, as endemias e epidemias resultam em caos, rompendo com sociabilidades, posto que os doentes passam a ser temidos. Quanto aos mortos, as histórias (costumes supersticiosos) em diferentes culturas assinalam a importância dos rituais de despedida, incluindo celebrações, os quais ajudam os que se foram a descansar em paz; a não voltarem como fantasmas ou almas errantes.

No contexto da pandemia atual, os rituais, compondo costumes e hábitos históricos, práticas e experiências humanas estão impossibilitados de acontecer. Essas transformações repentinas significam não apenas empobrecimento das tradições, mas uma ruptura, uma espécie de choque psicológico para muitos que são impedidos de se despedir de entes queridos da forma como vem sendo feito há tempos, como algo do cotidiano e que dá sentido à vida.

Corrêa (2012), discutindo as dimensões da cultura e do simbolismo na análise e entendimento do espaço geográfico, chama a atenção para a relevância do tema, dado que são conceitos-chave para a Geografia Cultural. As formas simbólicas têm uma espacialidade, posto que se constituem em fixos e fluxos (localizações e itinerários). Em suas palavras,

Palácios, templos, cemitérios, memoriais, nomes de ruas, shoppings, parques temáticos, montanhas, rios, cidades, bairros, ruas, praças e prédios podem ser vistos como fixos simbólicos. Por outro lado, procissões, rituais, paradas, desfiles e marchas são, em geral, fluxos impregnados de significados simbólicos. Lugares e itinerários simbólicos sintetizam os diversos fixos e fluxos simbólicos (CORRÊA, 2012, p. 137).

Hábitos, rituais, costumes, práticas culturais e formas simbólicas identificam sociedades. A Geografia Cultural tem nesses elementos parte do seu pilar teórico-metodológico e do seu desenvolvimento como saber que contribui no debate e entendimento da realidade socioespacial. Discutindo cultura e símbolo, Cosgrove (1998) chama a atenção para os simbolismos impressos nas paisagens culturais, os quais podem ser desde uma simples bandeira, carregada de significados, até os valores, normas, códigos e regras impregnadas numa sociedade, num grupo social ou numa cidade. Esses elementos conduzem a organização do espaço e da própria sociedade.

Observar e analisar as transformações provisórias (ou não) nos rituais e práticas fúnebres no Brasil, em virtude do fenômeno internacional do COVID-19, significa submeter essa nova gestão da morte à análise de uma Geografia que deve continuar atenta às leituras e interpretações dos significados e dos simbolismos contidos nos lugares, nas paisagens e no cotidiano, pois isso, como diz Cosgrove (1998, p. 121), “nos diz muito sobre nós mesmos”.

A Geografia das representações, das emoções e das subjetividades visa compreender a diversidade das práticas sociais inseridas nos espaços vividos pelos homens. Essas noções espaciais implicam a observação do que é objetivo, do que é subjetivo e das relações históricas, culturais, sociais e econômicas que constituem a sociedade. Dito de outro modo e, no que tange a esse artigo, à Geografia, em especial à Geografia Cultural, importa entender e analisar as mudanças culturais que envolvem o processo de passagem da vida para a morte há tempos e em diferentes culturas, acompanhada de rituais simbólicos; de atos e atividades simbólicas incorporadas no território, nos percursos, nos lugares.

Os geógrafos se interessam particularmente pela identidade dos lugares e pelos papéis que eles desempenham na formação de consciências individuais e coletivas. Observam como as pessoas, sujeitos e agentes geográficos recebem e percebem, constroem e reivindicam identidades cristalizadas em suas representações e em suas interpretações dos lugares e das relações espaciais (BOSSÉ, 2004, p. 158).

O tema cemitério já tem sido estudado por vários pesquisadores, em diversos vieses. Na Geografia, estudiosos acerca das transformações urbanas decorrentes de políticas de salubridade e higienistas, sobretudo nos séculos XVIII, XIX, e até o início do século XX, já chamavam a atenção para a retirada dos cemitérios de dentro das cidades (COSTA, 2003). Os discursos racionalistas que vigoravam nesses períodos eram baseados na ideia de que os mortos poderiam contaminar os vivos, mas são teses que retornam em outros momentos, e até nos dias atuais, sempre que as sociedades enfrentam epidemias e pandemias.

Como refletir a dimensão cultural acerca dessa realidade? Na Geografia Cultural observamos que os rituais de passagem já vêm sendo estudados, fazendo parte das práticas culturais. No capítulo “Uma Geografia do próprio Homem”, Claval (2007), no seu clássico *A Geografia Cultural*, já atentava para a importância em entender os denominados ritos de passagem, incluindo a morte, em dois momentos importantes: as cerimônias antes do enterro e o próprio enterro. Para ele,

Biologicamente, a morte para tudo. Culturalmente, ela aparece como uma passagem mais perigosa ainda do que aquela que leva da infância à idade adulta. Sua significação é grande para os próximos do desaparecido e para a sociedade: o importante é não descontentar o espírito do morto, que correria o risco de se ver vagar, todo pleno de malevolência, na vizinhança dos vivos. Convém permitir a viagem rápida e agradável até a estadia dos defuntos. As cerimônias evocam periodicamente a lembrança das almas desaparecidas e provam que não foram esquecidas. Em muitas sociedades, a relação com os mortos passa por deslocamentos até os cemitérios: daí sua significação na organização do espaço (CLAVAL, 2007, p. 96).

Segundo Claval (2007), a abordagem cultural visa compreender a experiência social humana no meio ambiente. Dessa forma, a geografia cultural se interessa pelas significações que o homem constrói no espaço e o sentido que ele atribui a essas construções, integrando representações mentais e reações subjetivas. Em suas palavras,

a cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é, portanto, um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre povos diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio (CLAVAL, 2007, p. 63).

A cultura é indispensável para o ser humano e permite sua inserção no meio social; ela dá significado à existência dos indivíduos que formam a sociedade. Não podemos considerá-la como invariável, visto que seu significado pode mudar de acordo com o tempo. Relacionando este conceito à questão tratada no presente texto, observamos que estamos vivenciando uma mudança na “cultura funerária”, que vem sendo levada a adotar novas maneiras de tratar os corpos e a modificar as cerimônias fúnebres, impactando de diversas formas a vida das pessoas.

AS EPIDEMIAS NO BRASIL E AS MUDANÇAS HISTÓRICAS NAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS

Desde os primórdios da colonização, habitantes nativos do Brasil e, posteriormente, escravos trazidos da África, coabitavam com colonizadores europeus. Seus sistemas imunológicos eram diferentes e, assim, a convivência trouxe problemas de adaptação que perduraram por todos os primeiros séculos de nossa história. No Especial Epidemias: uma história das doenças e seu combate no Brasil, do jornal eletrônico da USP, fala-se em diversos episódios dessa questão de saúde: leishmaniose, esquistossomose, conjuntivite, bócio, febre amarela, doença de chagas, varíola, cólera, peste bubônica, gripe espanhola.

Mas, foi em 1849/50 que se abateu sobre o Brasil a primeira epidemia de abrangência praticamente nacional: a febre amarela. Mesmo depois do grave momento inicial, o país teve que lidar com o problema da febre amarela até os tempos posteriores à proclamação da República. A isso se somou que, a partir de 1888, com a abolição da escravidão, passaram a conviver no cenário nacional grande massa de imigrantes que foram, por sua vez, introduzindo novas moléstias.

A República, quando proclamada em 1889, encontrou o país diante de um quadro sanitário caótico. A peste, a cólera, a febre amarela, as endemias rurais como a malária, a doença de Chagas, as ancilostomoses alastravam-se pelo interior do país, bem como na periferia dos centros urbanos. Registrava-se ainda a presença avassaladora das doenças infectocontagiosas, como varíola, a tuberculose e as doenças venéreas (ABRÃO, 1998, p. 27).

Os setores governamentais só se mobilizavam diante das situações de crises sanitárias graves que, como ocorrências de surtos epidêmicos, colocavam em risco a população e levavam a um grande número de óbitos.

As condições sanitárias do Rio de Janeiro eram alarmantes, a cidade era conhecida como um foco de infecção onde dominava a febre amarela, a varíola, a peste, a tuberculose. Rodrigues

Alves, o presidente da República, ao viver tal situação em seu mandato (1902-1906), a fim de transformar a imagem da cidade e tornar o Rio de Janeiro em uma “sala de visitas do Brasil”, aliado ao prefeito Pereira Passos, começou um plano de remodelação da cidade.

Dessa maneira, em pouco tempo ocorreu uma modificação da paisagem urbana. Porém, essas medidas afetaram muito a população e, principalmente, a população de baixa renda.

Em setembro de 1918, a gripe espanhola assolou o país de uma forma devastadora, o que revelou ainda mais a precariedade da defesa sanitária que o país vivia. Assim, 35.000 óbitos no Brasil ocorreram na epidemia de gripe espanhola, que vitimou, inclusive, o então ex-presidente da República, Rodrigues Alves. O maior número de vítimas ocorria onde havia os maiores conglomerados humanos, mas a doença esteve presente em todas as regiões do país. Segundo Abrão (1998), “as zonas mais duramente atingidas pelas epidemias foram os subúrbios, ocupados predominantemente pela classe operária”.

Conforme a cultura funerária dos brasileiros, de matriz notadamente cristã, o local ideal para um enterro era a igreja. Philippe Ariès, no seu *A História da Morte no Ocidente*, enfatizou que “a mentalidade era que o enterro *ad sanctus*, implicava a salvação eterna” (2012, p. 171). Esse comportamento era amplamente difundido no mundo católico, apesar de sofrer resistências de diversas naturezas ao longo dos séculos. Acreditava-se que o interior de uma igreja era capaz de colocar o corpo próximo da proteção dos santos (daí o termo sepultamento *ad sanctus*), que o auxiliava no processo de transição para o paraíso celestial.

Durante o século XVIII desenvolveu-se uma atitude hostil à proximidade com o moribundo e o morto, que os médicos recomendavam fossem evitados por motivos de saúde pública. Os médicos chegaram a conclusões frequentemente inacreditáveis, como um certo dr. Leclerc que prevenia sobre a ameaça social representada pelos cadáveres das pessoas gordas, “tal a rapidez e força que se decompõem”. Um outro médico, Hugues Maret, relatou em 1773 o caso de um desses gordos, cuja sepultura foi aberta ele naturalmente, causando a morte do cura e mais trinta pessoas! Só havia uma solução: proibir os enterros nas igrejas, transferir os cemitérios paroquiais para fora das cidades e vilas, criar cemitérios extramuros. Essa nova atitude se fundamentava na doutrina dos miasmas, desenvolvida pela ciência do século XVIII. Acreditava-se que a matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob a influência de elementos atmosféricos - temperatura, umidade, direção dos ventos - formavam vapores ou miasmas daninhos a saúde, infectando o ar que se respirava (REIS, 1991, p. 75).

Em todas as cidades brasileiras, cada uma a seu tempo e, conforme o tamanho de sua população e os problemas sanitários que viviam, a cultura funerária foi marcada por processos de transformação. Partindo da proibição dos sepultamentos no interior das igrejas, esses processos culminaram na criação dos cemitérios públicos, e no conseqüente distanciamento entre os vivos e sua convivência cotidiana com os mortos, nos mesmos espaços onde se produziam todos os outros processos sociais.

Com o aumento da população e com a evolução das teorias da ciência, por volta das primeiras décadas do século XIX, teve início uma nova forma de fazer medicina, interessada na prevenção de doenças, salubridade, dejetos, qualidade da água, rede de esgoto, higiene das casas, vacinação etc. A medicina dita social, passou a ser um saber

que, por consequência, se preocupou com os sepultamentos eclesiásticos, tidos como prejudiciais à salubridade pública.

O medo do contágio e da morte faria com que a familiaridade entre vivos e mortos fosse questionada, abalada, pelas concepções médicas que então se impunham. Segundo Jean Delumeaul, o pânico letivo que uma epidemia causava na população levava-a repudiar os cadáveres, considerados contaminadores (RODRIGUES, 1997, p. 53).

Rodrigues (1997) analisa em que medida as modificações nos lugares ocupados pelos mortos implicaram alterações correspondentes nos rituais funerários. Durante a vigência da cultura dos sepultamentos nas igrejas, os velórios eram realizados em casa. Em seguida, um cortejo fúnebre atravessava ruas onde o falecido transitara em vida, até chegar em templos onde, muitas vezes, o morto havia sido batizado, se casado, confessado e assistido missas. Finalmente, no mesmo local onde seus vivos, cada vez que viessem a fazer aquelas mesmas coisas, voltariam a encontrá-lo, até o encontro final sob aquele chão e no além-túmulo (RODRIGUES, 1997, p. 14).

O advento da febre amarela em 1849/50 e das epidemias do fim do século XIX e início do século XX foi o argumento definitivo para a transformação da cultura funerária e para a criação de uma nova geografia espacial dos mortos, estabelecida fora das igrejas e da cidade. No que diz respeito ao caso específico do estado do Espírito Santo, historiadores também relatam ameaças de epidemias desde os primeiros tempos. Derenzi, em 1965, retorna ao texto “A capitania do Espírito Santo” de Mário Aristides Freire, escrito 20 anos antes:

O paludismo e a varíola madrugaram na ilha com a entrada dos indígenas catecúmenos. Em 1558 e 1559, quando a ilha se despovoava com os assaltos dos silvícolas, uma epidemia ‘matou tanta gente que o adro da igreja, onde, segundo costume, os jesuítas chegaram a sepultar dez cadáveres por dia’ (...). Em 1564, a bexiga outra vez devasta, principalmente na Aldeia da Conceição, hoje Serra” (FREIRE *apud* DERENZI, 1965, p. 41).

Muito tempo depois, após o Rio de Janeiro ter passado o pior momento com a febre amarela, os capixabas também sentiram seu impacto. Derenzi (1965, p. 147) conta que, em cinco meses do ano de 1854, houve cerca de 200 vítimas, numa população de pouco mais de 3000 pessoas em Vitória (ES). Em seguida, mas na mesma época, instalou-se a cólera (*cholera morbus*) cujo presidente da Província, Pereira de Barros, em documento citado por Derenzi (1965, p. 147), enumera 1541 vítimas em toda a Província, das quais 375 na cidade de Vitória/ES.

As pressões pelo fim dos enterramentos nas igrejas cresciam e, em 1859, foram proibidos pela primeira vez no Espírito Santo, ocasião em que teve origem o primeiro cemitério fora dos limites da cidade, o Cemitério de Santo Antônio, localizado no morro do Pinto, que já não existe e, mesmo na época da narrativa de Derenzi, já estava abandonado e transformado em favela. Em terras capixabas, como em todo o resto do país, a transição da cultura funerária dos sepultamentos *ad sanctus* para os cemitérios monumentais foi um processo gradual e cheio de turbulências, em meio a epidemias e teorias médicas.

Coe (2007), discute as epidemias que assolaram São Luís, no Estado do Maranhão, ao longo do século XIX e sua relação com as mudanças nas práticas de sepultamento. O

recorte temporal utilizado destaca o início do surto de varíola em São Luís no ano de 1854 até 1856, quando começa a remissão do surto e o amadurecimento do discurso higienista naquela capital, que vai levar a reformulação de diversas práticas cemiteriais.

Os enterramentos realizados nas igrejas passaram a ser foco de preocupação, visto que as exalações advindas dos cadáveres enterrados nestes lugares passaram a ser vistas como perigosas, já que o ar contaminado poderia fazer propagar epidemias. O costume do cortejo fúnebre em caixões abertos, que permitia um contato mais próximo com o falecido, também vai aos poucos sendo alvo de interdições do poder público. Tratava-se de alguns dos fundamentos do higienismo: a ideia do contagionismo e do infeccionismo (a noção de que a decomposição de matérias animais e vegetais levava a formação dos “miasmas”, exalações advindas da decomposição de material de origem animal, expostos inadequadamente).

Coe (2007) narra que, em 1850, foi editado pelo poder público local um tipo de manual preventivo de novas epidemias: “Medidas Sanitarias Adoptadas na Província do Maranhão para evitar a epidemia da febre amarella, com o regulamento de saúde dos portos”, escrito com o auxílio do médico José da Silva Maia, que adquiriu grande notoriedade no que diz respeito à propagação do higienismo no Maranhão. Agostinho Coe indica que, nesse manual, um artifício bastante utilizado para conter os surtos em São Luís era as quarentenas, inicialmente dirigidas aos navios e seus tripulantes, que deveriam ser submetidos a visitas de inspeção sanitária antes do desembarque e descarga. Contudo, no manual preventivo, indicava-se também certo isolamento social como forma de evitar propagações de doenças. Coe cita textualmente:

Evitar igualmente as grandes reuniões de povo, ainda que seja dentro das igrejas, as ocasiões de cólera e acessos de raiva e quaesquer outras affecções moraes tristes, as vigílias prolongadas, as fadigas e todos os excessos em quaesquer actos da vida que tendão a enfraquecer o corpo e a diminuir a resistencia da econommia aos agentes externos (MEDIDAS sanitarias adaptadas na provincia do Maranhão para evitar a epidemia da febre amarella, com o regulamento de saude dos Portos, 1850, p. 21, *apud* COE, 2007).

Uma das situações mais recentes de controle de epidemias no Brasil foi por conta da meningite meningocócica. Foi um evento circunscrito a uma parte do Brasil, principalmente os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A agência de notícias BBC, no artigo de André Bernardo (2020), intitulado Escolas fechadas, hospitais lotados, eventos cancelados: o Brasil da meningite de 1974 relata que, em 1974, durante o período da ditadura militar, o Brasil enfrentou a pior epidemia de meningite de sua história. Para evitar o contágio, o governo, além de decretar a suspensão das aulas, suspendeu os Jogos Pan-Americanos de 1975, que estavam marcados para acontecer em São Paulo e tiveram que ser transferidos para a Cidade do México.

REALIDADE ATUAL: RECOMENDAÇÕES E PROIBIÇÕES

No que diz respeito aos rituais da morte e nas práticas cemiteriais, entre as recomendações do Ministério da Saúde, no documento “Manejo de Corpos no Contexto da COVID-19”, verifica-se expressamente que não são recomendados velórios e funerais de pacientes confirmados ou suspeitos da COVID-19, em território nacional. O documento tem a sensibilidade de sugerir que a comunicação do óbito aos familiares seja feita por

equipes da atenção psicossocial e/ou assistência social, mas que inclua a comunicação sobre os procedimentos referentes à despedida do ente, fornecendo explicações adequadas sobre os cuidados com o corpo da pessoa falecida.

No espírito de que os profissionais e demais pessoas envolvidas no manejo do corpo estejam protegidas da exposição a sangue e fluidos corporais infectados, objetos ou outras superfícies ambientais contaminadas, o Ministério da Saúde previu dois tipos de situações: aquelas em que o óbito ocorre em instituições hospitalares e aquelas em que o óbito ocorre em casa.

Sobre o reconhecimento do corpo de uma vítima em um hospital, pelos familiares, o documento recomenda que seja limitado a um único familiar ou responsável e, mesmo assim, sugere-se que não haja contato direto entre o familiar e o corpo, uma vez que deve ser mantida distância de dois metros entre eles.

No segundo caso, situações em que o óbito ocorre em casa, os familiares que comunicarem o óbito recebem orientações para que não manipulem os corpos e evitem o contato direto com eles. A retirada do corpo será feita por equipe de saúde, observando as medidas de precaução individual. No local, com a chegada da equipe especializada, o corpo deverá ser envolto em lençóis e em bolsa plástica que impeça o vazamento de fluidos corpóreos. Posteriormente, no necrotério, as recomendações devem ser seguidas como aquelas descritas para o manejo dos corpos de óbitos ocorridos em ambiente hospitalar. Os residentes com o falecido deverão receber orientações de desinfecção dos ambientes e objetos com uso de solução clorada de 0,5% a 1%.

Sobre o velório das vítimas fatais, além de não serem recomendados em todo o território nacional, está proibida a tanatopraxia (formolização e embalsamamento). Assim, caso o velório seja realizado, recomenda-se:

Manter a urna funerária fechada durante todo o velório e funeral, evitando qualquer contato (toque/beijo) com o corpo do falecido em qualquer momento *post-mortem*;

Disponibilizar água, sabão, papel toalha e álcool em gel a 70% para higienização das mãos durante todo o velório;

Disponibilizar a urna em local aberto ou ventilado;

Evitar, especialmente, a presença de pessoas que pertençam ao grupo de risco para agravamento da COVID-19: idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactantes, portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos;

Não permitir a presença de pessoas com sintomas respiratórios, observando a legislação referente a quarentena e internação compulsória no âmbito da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) pela COVID-19; caso seja imprescindível, elas devem usar máscara cirúrgica comum, permanecer o mínimo possível no local e evitar o contato físico com os demais; Não permitir a disponibilização de alimentos. Para bebidas, devem-se observar as medidas de não compartilhamento de copos;

A cerimônia de sepultamento não deve contar com aglomerado de pessoas, respeitando a distância mínima de, pelo menos, dois metros entre elas, bem como outras medidas de isolamento social e de etiqueta respiratória;

Recomenda-se que o enterro ocorra com no máximo 10 pessoas, não pelo risco biológico do corpo, mas sim pela contraindicação de aglomerações.

Os falecidos devido à COVID-19 podem ser enterrados ou cremados. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Diante da situação que temos enfrentado, a mudança nos rituais funerários tem sido rápida e cheia de supressões que tem causado muitas dificuldades para a vivência do luto.

A realidade do Covid-19 reduziu as despedidas e os familiares são obrigados a lidar com a tristeza da perda, com a ausência da despedida e, em alguns casos, com o despreparo dos coveiros, seja por falta de orientação ou de equipamentos de proteção individual. O relato abaixo aconteceu no cemitério Jardim da Saudade, em Cariacica, no Espírito Santo. Segundo familiares de um taxista que faleceu por Covid-19, os coveiros se recusaram a tocar o caixão, fato que causou um sentimento de indignação nos familiares.

Coveiros do cemitério Jardim da Saudade, localizado no bairro Porto Engenho, em Cariacica, se recusaram a carregar o caixão de um taxista morto pela covid-19. De acordo com os profissionais, a medida é uma recomendação da prefeitura do município.

A família do homem demonstrou revolta com a recusa em levar o caixão. Dois sentimentos se juntaram: a perda do ente querido e o desprezo. Em nenhum momento eles foram profissionais. Ficaram fazendo hora com a nossa cara, afirmou o irmão do taxista, Marílio Mendonça (VAILLANT, 2020).

Fato é que a mudança nos rituais funerários tem afetado a todos, seja na superação do luto dos que perderam seus entes queridos, seja nos profissionais que lidam diariamente com a morte.

Março terminou com velórios com caixão lacrado sendo o normal. Abril termina com uma atualização: o novo normal é enterros sem velórios. Como visitas às UTIs são proibidas em tempos de coronavírus, o momento da internação pode ser a última vez que se vê um familiar (PEREIRA, 2020).

Diante todo esse contexto, ainda não sabemos se as medidas são provisórias, e ainda quais mudanças poderemos enfrentar.

TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS: DISCUSSÕES POSSÍVEIS

Philippe Ariès (2012), em sua História da Morte no Ocidente, nos fala de um progressivo distanciamento dos corpos nos rituais da morte. O autor explica que, na Idade Média, a relação das pessoas com a morte era diferente. Um moribundo sabia que iria morrer. A morte fazia parte de um ciclo natural que era do conhecimento de todos e isso não era uma realidade propriamente assustadora. Assim, as pessoas se preparavam para viver o processo de morrer: tanto o que experimentava a morte, quanto os que conviviam com aquele. Por isso, a convivência com a morte tinha início no processo terminal da pessoa ainda viva. O fato da morte, propriamente dita, não era uma surpresa, mas, o fechamento de um processo experimentado em grupo e em casa.

Podemos considerar que a morte na idade média era um evento público que era vivenciado pelo grupo. Os corpos eram apenas enrolados em lençóis e repassados a igreja. Na idade média não existia um contexto semelhante ao velório moderno. Isso não ocorria pelo distanciamento da ideia de morte, mas pelo contrário, pela proximidade. Não havia um distanciamento do corpo ou um preparo específico para “escamotear” a morte.

Tratava-se também de uma cerimônia pública. O quarto do moribundo transformava-se, então, em lugar público, onde se entrava livremente. [...] Era importante que os parentes,

amigos e vizinhos estivessem presentes. Levavam-se as crianças não há representação de um quarto de moribundo até o século XVIII sem algumas crianças (ARIÈS, 2012, p. 39).

Ariès destaca que, a partir do século XI até o XIV, o homem volta a atenção para a sua própria morte. O autor nos revela que nesse período o moribundo se preocupa com o seu fim e com o juízo final. Sentimentos de medo e de prestar contas, estavam intimamente ligados à morte. Nesse ambiente, o moribundo se preocupava com testamentos, em desapegar-se de tudo, para que fosse reconciliado com Deus. Esse pensamento modificou os rituais funerários, visto que os homens passam agora a fazer orações para almas e os rituais com corpo presente passam a ser comuns para a salvação daquele que faleceu.

Já nos séculos XIX e XX, segundo Ariès, o homem rompeu com a morte. A morte tornou-se assustadora e avassaladora. O homem desses séculos dramatizava a morte, uma morte teatralizada, onde se pensa cada vez menos em sua própria morte e teme-se a morte do outro. As exacerbações nos rituais fúnebres eram constantes. Essa época, segundo Ariès, é considerada a época da morte romântica. A dor da perda de alguém é considerada irreparável para os sobreviventes. Nesse tempo, os cemitérios tornaram-se lugares de cultos aos mortos, lugares de memórias, sempre visitados para lembrar-se da perda. Ali são evocados os mortos e cultivadas as lembranças.

A partir do século XX, Ariès destaca que a morte passa a ser vista como inimiga. Com a vida corrida, não temos mais tempo para pensar sobre a morte. Quando ela se aproxima, através de uma doença, escamoteamos, não falamos dela. O ambiente rodeado de pessoas, parentes, amigos que se amparava o moribundo não existe mais. O homem, a partir desse momento, se afasta daquilo que não conhece e a morte passa a ser temida.

Norbert Elias, em “A solidão dos moribundos” (2011), também ressalta esse distanciamento. Afirma que os doentes são cada vez mais afastados do convívio social e à espera da morte se faz em isolamento, geralmente em leitos de hospital. O corpo já não é mais preparado pelas famílias e as sepulturas também já não dependem de cuidados familiares. É quando surgem os especialistas da morte, um negócio promissor, visto que sempre haverá morte na humanidade:

Hoje as coisas são diferentes. Nunca antes na história da humanidade foram os moribundos afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social; nunca antes os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte à sepultura (ELIAS, 2011, p. 17).

A morte deixa de ser um evento comentado, falado, e passa a ser algo que as pessoas evitam, como se não existisse. Quando a morte acontece, Ariès ressalta que, embora toleradas, não são bem aceitas lágrimas de sofrimento em público. O sofrimento deve ser individual, escondido. Não existe mais um apoio coletivo para o enlutado, estes devem lidar com seus sentimentos sozinhos.

As manifestações aparentes de luto são condenadas e desaparecem. Não se usam mais roupas escuras, não se adota mais uma aparência diferente daquela de todos os outros dias. Uma dor demasiado visível não inspira pena, mas repugnância; é um sinal de perturbação mental ou de má educação. É mórbida. Dentro do círculo familiar ainda se hesita em desabafar, com medo de impressionar as crianças. Só se tem o direito de chorar quando ninguém vê nem escuta: o luto solitário e envergonhado (ARIÈS, 2012, p. 87).

Hoje em dia o velório é visto como uma última despedida. Esse elemento não tinha sentido na idade média em razão da vivência de todo o processo de morrer. O velório ganha sentido cultural conforme os vivos se distanciam do moribundo, notadamente quando a morte passa do ambiente doméstico para o ambiente hospitalar. Em consonância, com o distanciamento do moribundo, a prática funerária do velório busca proteger os vivos da figura da morte por meio do preparo específico do cadáver, de modo que este mantenha características de vida, já que sua aparência natural vai trazer a sensação de morte para os que estão vivos. As velocidades do século XXI são correspondentes ao desejo de uma despedida pouco assustadora e curta, mas nem por isso sem celebrações.

Assim, no contexto atual, fazem sentido os novos desenvolvimentos das dinâmicas socioculturais dos velórios à distância, que diminuem ainda mais a sensação do contato com o defunto, mas que ainda permitam uma experiência pessoal, minimamente confortável, ao vivo. A noção de um “velório à distância” coroa um processo de distanciamento da própria morte e da morte do outro.

A medicalização da sociedade tinha como uma de suas metas a normatização de caráter higiênico das práticas e ritos funerários que pudesse fazer frente às ameaças das epidemias. Com um olhar desatento e moderno, como já não são vistos sepultamentos em igrejas e velórios em residências, julgamos que as práticas atuais sejam da forma como são porque sempre foram assim. A história nos ensina que esse pensamento é falso, já que a cultura funerária de hoje foi construída, entre outras coisas, pela medicalização da sociedade do século XIX. Do mesmo modo, a preocupação com a contaminação por meio dos corpos do COVID-19 cria uma “normatização de emergência” que altera profundamente a gestão do luto e dos ritos funerários, assim como, a relação dos vivos com seus mortos. Ainda não conhecemos as consequências que virão.

AABEC (Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais), fundada em 2013, que tem por objetivo desenvolver estudos acadêmicos sobre cemitérios – incluindo suas respectivas manifestações culturais, históricas, artísticas e arquitetônicas – diante da pandemia do COVID-19, disponibilizou orientações desde o manejo dos corpos à forma de lidar com os enlutados, mostrando-se atenta às modificações provocadas nos rituais funerários.

O documento disponibilizado pela Associação ressalta as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Saúde sobre o tratamento dos falecidos pela COVID 19. A partir dessas referências, a ABEC informa sobre a “gestão e os cuidados com os corpos mortos e as novas posturas a serem adotadas nos rituais funerários, por familiares e agentes técnicos responsáveis”. Os profissionais afirmam que mudanças importantes nos ritos funerários devem acontecer, ainda que isso não represente o impedimento completo do velório, visto que é preciso manter minimamente o direito da despedida para os enlutados.

Apesar do aumento significativo de sepultamentos observado em muitos cemitérios e, em que pese a falta de infraestrutura física e de profissionais disponíveis para o trabalho funerário na maioria das cidades brasileiras, sugerimos que se envidem esforços para assegurar o direito à despedida dos vivos em relação aos seus mortos e, por conseguinte, à expressão do luto, tendo em vista que a sua negação pode implicar em futuros problemas psicológicos (levando, por exemplo, ao “luto complicado”, como afirmam diferentes estudos na área) (ABEC, 2020).

Os rituais fúnebres são de grande importância e significado psicológico para os que vivem o luto. Mesmo com a variação entre as culturas e as religiões, atualmente, o rito do velório é um costume como último adeus, como forma de partilhar a passagem da vida para a morte. Compreendendo os velórios como rituais, devemos pensar que eles não se constituem apenas de uma cerimônia, mas, sim, um momento de passagem para a reintegração dos vivos ao cotidiano que virá em seguida.

Worden (2013) afirma que os rituais fúnebres, quando bem executados, podem se tornar uma ajuda para a vivência de um luto saudável. O autor compreende que a percepção do corpo em um caixão torna real a perda e faz com que o enlutado viva uma concreta experiência de morte.

Ver o corpo da pessoa falecida ajuda trazer à tona a realidade e o caráter definitivo da morte. Se a pessoa tem um velório, um caixão aberto ou um caixão fechado dependerá das diferenças regionais, étnicas e religiosas. Contudo, há grande vantagem em que os membros da família vejam o corpo do ente querido morto, seja na casa funerária ou no hospital (WORDEN, 2013, p. 82).

Algumas famílias enlutadas por vítimas do COVID-19 não vivenciam os velórios. As regras sanitárias têm distanciado ainda mais a família do seu falecido. Não conhecemos, ainda, os vários impactos culturais desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto, tratamos das implicações socioculturais das alterações no ritual do velório impostas pelos métodos de contenção da pandemia do COVID-19. Inseridos no contexto da Geografia Cultural, observamos que as concepções de identidade, simbolismo e cultura abrangem os processos humanos de atribuição de significados, isto é, espacialidades. Deve-se pensar que, no espaço, a materialidade visível está composta por elementos invisíveis.

A partir desse entendimento, foi que tentamos compreender os rituais de passagem e de morte propriamente ditos, buscamos dialogar sobre a “cultura funerária” e suas modificações ao longo dos séculos, notadamente, diante da pandemia do COVID-19, que pode trazer consequências profundas na vivência do luto.

Não sabemos se essas alterações serão transitórias, por quanto tempo durarão ou se serão permanentemente incorporadas numa nova gestão de rituais funerários. Não sabemos se aprofundarão o distanciamento da morte na nossa cultura que, conforme os estudos de Ariès (2012), é uma tendência que os processos históricos têm insinuado. E, finalmente, não sabemos se depois desse primeiro estranhamento provocado pela distância, incorporaremos ainda mais um rito funerário breve, menos simbólico e onde a morte é antes uma estatística do que um processo cultural e psicológico.

REFERÊNCIAS

ABEC. **Os impactos da Covid-19 na gestão da morte e dos mortos**. 2020. Disponível em: https://78cc12e9-d1b5-405a80b9d742dc00115d.filesusr.com/ugd/a77533_ebfb6338cef441798bd17e23cac2529.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

ABEC. **Sobre as orientações e diretrizes no manejo dos corpos na pandemia de Covid-19**. 2020. Disponível em: https://78cc12e9-d1b5-405a-80b9-d742dc00115d.filesusr.com/ugd/a77533_ebfb6338cef441798bd17e23cac2529.pdf.

- com/ugd/a77533_5643470c962e4220937cc760a27f476b .pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.
- ABRÃO, J. S. **Banalização da morte na cidade calada**: a hespanhola. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- ARIÈS, P. **A história da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BERNARDO, A. **Escolas fechadas, hospitais lotados, eventos cancelados**: o Brasil da meningite de 1974. 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52058352>. Acesso em: 29 mar. 2020.
- BOSSÉ, M. Le. As questões de identidade em geografia cultural. *In*: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 157-179.
- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução de Luís Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- COE, A. J. H. As epidemias e a morte: mudanças nas práticas de sepultamento em São Luís na segunda metade do século XIX (1854 – 1856). **Revista Outros Tempos**, Maranhão, v. 04, p. 17-29, 2007.
- CORRÊA, R. L. Espaço e simbolismo. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Olhares geográficos**: modo de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 133-153.
- COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123.
- COSTA, M. C. L. Os cemitérios e a espacialização da morte. *In*: ALMEIDA, M. G. de; RATTTS, A. J. P. (org.). **Geografia**: leituras culturais. Goiânia: Editora Alternativa, 2003. p. 237-260.
- DERENZI, L. **Serafim**: biografia de uma Ilha. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1965.
- ELIAS, N. **A solidão dos Moribundos**: seguido de envelhecer e morrer. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- MARIZ, F. Especial epidemias: uma história das doenças e seu combate no Brasil. **Jornal da USP**. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/especial-epidemias-uma-historia-das-doencas-e-seu-combate-no-brasil/>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manejo de corpos no contexto da Covid-19**: versão 1. Brasília, 2020.
- PEREIRA, F. **Maior cemitério de SP tem fila de velórios de vítimas de covid-19**. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/25/cemiterio-tem-fila-para-velorios-em-sao-paulo.htm>. Acesso em: 18 maio 2020.
- REIS, J. J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, C. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.
- TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- VAILLANT, B. **Coveiros se recusam a carregar caixão causam confusão em cemitério de Cariacica**. 2020. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/05/2020/coveiros-se-recusam-a-carregar-caixao-e-causam-confusao-em-cemiterio-de-cariacica>. Acesso em: 18 maio 2020.
- WORDEN, J. W. **Aconselhamento do luto e terapia do luto**: um manual para profissionais da saúde mental. Tradução de Adriana Zilberman, Leticia Bertuzzi e Susie Smidth. 4. ed. São Paulo: Editora Roca Ltda, 2013.